

**SUJEITO: uma investida didática**

**SUBJECT: a didactical invested**

**SUJETO: una incursión didática**

 Marcelo Medeiros da Silva<sup>1</sup>

 Marcos Wagner da Costa Agra<sup>2</sup>

1. Doutor em Letras pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: [marcelomedeiros\\_silva@yahoo.com.br](mailto:marcelomedeiros_silva@yahoo.com.br)  
2. Mestre em Letras pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: [marcoswagra@gmail.com](mailto:marcoswagra@gmail.com)

**ABSTRACT:** The present text aims to revisit the notion of orational subject from the perspective of the Tradicional Grammar (TG), highlighting its conditions and a little operating character. Besides that, as a counterpoint to the found definitions in our traditional grammar, we aim to present a more operating and operational approach which allows the identification of the subject in the level of the oration and it will be able to help the teaching of this grammatical topic, specially, at the Basic Education.

**Keywords:** Subject. Tradicional Grammar. Teaching of Grammar.

**RESUMO:** O presente texto objetiva visitar a noção de sujeito oracional a partir da perspectiva da Gramática Tradicional (GT), evidenciando as suas contradições e caráter pouco operatório. Além disso, como contraponto às definições encontradas em nossa tradição gramatical, ensinamos apresentar uma abordagem mais operatória e operacional que permita a identificação do sujeito ao nível da oração e que poderá auxiliar o ensino desse tópico gramatical, especialmente, na Educação Básica.

**Palavras-chave:** Sujeito. Gramática Tradicional. Ensino de Gramática.

**RESUMEN:** El presente texto tiene como objetivo visitar la noción de sujeto oracional desde la perspectiva de la Gramática Tradicional (GT), evidenciando sus contradicciones y carácter poco operativo. Además, como contrapunto a las definiciones encontradas en nuestra tradición gramatical, buscamos presentar un enfoque más operativo y operacional que permita la identificación del sujeto a nivel de la oración y que pueda ayudar en la enseñanza de este tema gramatical, especialmente en la Educación Básica.

**Palabras clave:** Sujeto. Gramática Tradicional. Enseñanza de Gramática.

Recebido em: 10/03/2023

Aprovado em: 10/04/2023



Todo o conteúdo deste periódico está licenciado com uma licença Creative Commons (CC BY-NC-ND 4.0 Internacional), exceto onde está indicado o contrário.

## Introdução

SUJEITO. Tanto já se discutiu sobre esse tema, que parece inútil fazê-lo aqui. Do sujeito da oração, pelo sujeito do texto, ao sujeito do discurso. Da ilusão do sujeito como fator de subjetividade. Da ilusão de subjetividade. Sujeito sintático, sujeito semântico, sujeito pragmático. Haja com tanto sujeito! Mas afinal de contas, por que tanto se fala e tanta crítica se faz ao sujeito? No mínimo, ele deve existir. E deve ser importante. É por isso mesmo que, abrindo uma perspectiva de visitar conceitos da Gramática Tradicional (GT), resolvemos tomá-lo como ponto de partida. E adiantamos que vamos visitá-lo na posição que desempenha ao nível da oração. Porque acreditamos que é possível identificar o sujeito a partir de um

conceito objetivo, bem definido. Porque também acreditamos que o maior problema das GTs está nas definições rasas, pouco operatórias, excessivamente flácidas.

Partamos então do mais óbvio. Respondamos à questão: o que é definir? Definir é dizer o que é o objeto de definição, manifestá-lo por palavras, de tal modo que, se se define “rosa”, não se a confunde com outra flor. Dessa forma, uma definição deve servir a **todo e apenas** o objeto definido. Todo livro básico de filosofia prega isso. São essas as palavras mágicas: **todo e apenas**. Assim, a definição deve recobrir todo o objeto definido, deve tomá-lo, portanto, em toda a sua extensão; mas deve, em contrapartida, impedir, nela, a entrada de outros objetos, por mais semelhantes que pareçam: rosa é rosa, qualquer e toda rosa, mas não é dália, não é papoula, não é crisântemo, não é lírio.

Busquemos, então, uma definição apropriada de sujeito, repita-se, **sujeito da oração**, com o objetivo de, encontrando-se a solução, tentar uma abordagem do sujeito menos contraditória, pois sabemos que, se um aluno consegue identificar direitinho os sujeitos em um texto, isto não se deve certamente às definições das GTs, que, como veremos, não são nada cirúrgicas; mas se, por outro lado, há sucesso na empreitada, é porque tem-se a intuição, mesmo sem o respaldo “técnico” da gramática, do que seja o sujeito.

Para isso, seria necessário adentrarmos noutra assunto espinhoso, o da diferença entre oração, frase, sentença, enunciado, período. Como não queremos enfrentar, por enquanto, essa ferida, vamos tomar a **oração**, na esteira de Ilari e Geraldi (1985), “como um estereótipo, um molde que corresponde de maneira satisfatória ao modo como a maioria das orações são construídas”. Dessa forma, a definição mais satisfatória de oração seria a de um SINTAGMA constituído de SUJEITO + PREDICADO.

Antes (bem antes), porém, de processarmos uma definição operatória de sujeito, definição que dê conta do sujeito numa perspectiva tradicional, ensaiemos, pelas vias do esboço, um outro percurso: como as GTs definem o sujeito e quais os fatores negativos dessas definições.

## Críticas à Noção de Sujeito

**I – Sujeito é o termo essencial da oração (LUFT, 1976, p. 23).** Aqui, citamos Luft, porém este autor apenas está pondo em prática uma concepção consensual das GTs, que nem por isso deixa de merecer críticas: se ele (o sujeito) é termo essencial, como explicar a existência de orações sem sujeito? O próprio Luft percebe tal incoerência ao eleger o predicado o mais importante dos termos da oração. Com relação a isso, Sacconi (1990, p. 287) também se posiciona dizendo que “a existência de orações sem sujeito nos leva a concluir que, em rigor, o sujeito não é exatamente um termo essencial (negritos do autor)”, classificação que adota por ser oficial. Realmente, fica difícil explicar aos alunos que nos seguintes exemplos não temos sujeito, com relação aos verbos destacados:

(a) “Trata-se de uma iniciativa conjunta da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), Instituto Ludwig (...), Unicamp, Escola Paulista de Medicina e Faculdade de Medicina da USP”.

(Revista do Provão)

(b) “Há muitos usos e tanto mais pesquisas bem conduzidas e controladas mostrando como os computadores podem melhor educar os alunos”.

(Veja, 21/06/2000).

Pois teríamos que dizer a eles que, no primeiro caso, temos uma construção em que o sujeito se acha indeterminado. Isto para não contradizer o que pregam as GTs, já que a construção com “trata-se”, apesar da presença de um “se” e de um complemento preposicionado (condições para a indeterminação segundo as GTs), a rigor não é de sujeito indeterminado. Já no segundo caso, diríamos que, em construções em que o verbo haver é empregado no sentido de existir, como é esse o caso, o verbo é impessoal e por isso a oração não tem sujeito, o que faz com que Sacconi (1990) prefira chamar “predicados isolados” às orações sem sujeito.

**II – Sujeito é o primeiro termo da oração.** Esse critério permite deduzir que o sujeito é o termo não preposicionado que se antepõe ao verbo “em que a posição, e nada mais, é que determina a função de sujeito [se bem que] há vários casos, explicáveis e previsíveis, em que se pode violar a posição [...]” (MACAMBIRA, 2001, p. 172). Pensamento como esse induz algumas pessoas a classificarem, realmente, em certas construções, a primeira palavra como sendo o sujeito, embora ela, de fato muitas vezes, não o seja.

Como se vê, este critério é duplamente falho. Primeiro, porque nos leva a classificar como sujeito termos que não o são e, segundo, porque não funciona para as construções em que se verifica a presença de tópico. Este, realmente, ocupa, na construção, a posição inicial, tendo um papel funcional constante através das sentenças funcionando como centro de atenção, anunciando o tema do discurso (PONTES, 1990); além de ser independente do verbo (é rara a concordância do tópico com o verbo, isso só ocorre em casos em que o tópico e o sujeito são idênticos) e do sujeito (ao contrário deste que precisa manter relações seletivas com o verbo, o tópico não precisa manter nenhum vínculo relacional).

Se seguíssemos este conceito, nas frases abaixo, cometeríamos os seguintes erros:

(c) “Entram em cena os problemas institucionais e a rejeição de bons usos pelas máquinas administrativas e educativas”.

(d) A Maria, essa não veio ontem.

(Veja, 21/06/2002)

Diríamos que, em (c), “entram”, por ocupar a primeira posição, seria o sujeito, quando na realidade não o é, pois é o núcleo do predicado dessa sentença. E, em (d), incorreríamos no erro de dizer que,

justamente por ser o primeiro termo, “A Maria” seria o sujeito, quando tal termo é o tópico da frase e, por sinal, esse é um exemplo de construção que se encontra até em língua escrita, formal, culta.

**III – Sujeito “denota o ser a propósito do qual se declara alguma coisa. É expresso por um nome ou um pronome”** (SAID ALI, 1964, p. 125). A incoerência existente nesta definição diz respeito, primeiro, ao emprego da palavra “ser”. Em princípio, a própria definição de “ser” já é problemática. Afinal no exemplo abaixo:

(e) “Nada é mais importante que a educação para a nossa sociedade (...)”.

(Veja, 13/12/2000).

Como explicar que o termo “nada”, seguindo esta definição, não sendo um ser propriamente dito, é o sujeito da sentença acima?

Uma segunda crítica que se pode fazer a essa definição é a inclusão da palavra “declaração” ao conceito, o que nos levaria a pensar que só frases declarativas como (f) têm sujeito:

(f) “O número de matrículas no ensino fundamental aumentou (...)”.

(Veja, 13/12/2000)

O que não é verdade, pois, ao contrário de (f), que é uma frase declarativa, em (g), a oração grifada é uma oração interrogativa e, a acreditar-se em tal conceito, essa oração não teria sujeito.

(g) “Com todo respeito, e ainda que se pergunte, esta guerra é para quê?”.

(Veja, 13/12/2000)

Vê-se que uma das falhas presentes nesta definição reside, principalmente, no fato de não se conseguir distinguir o que é ser real do que é ser de linguagem, o que nos faria, talvez, evocar o espírito de um grande filósofo para resolver um problema de... Português! Por outro lado, há de se observar que a própria GT considera sujeitos expressões que se referem (nomeiam) a ações, processos, eventos.

(h) “A enorme rapidez com que se expandiu a matrícula no Brasil provocou problemas de qualidade mesmo”.

(Veja, 13/12/200)

Neste caso, como o substantivo rapidez não pode, em rigor, ser considerado como um “ser”, não se poderia atribuir a ele a função de sujeito. Apesar disso, qualquer GT classificaria tal termo como sujeito de “provocou”.

**IV – Sujeito é o “termo sobre o qual se faz uma declaração” (CUNHA, 1986, p.137).** Essa definição, apesar de não usar a palavra “ser” e sim “termo”, o que a melhora em certo aspecto, não deixa

de ser falha, pois permite a entrada de outros elementos que não são sujeitos. Não atende, portanto, àquela condição exigida pela palavra “apenas” de uma definição adequada. Exemplifiquemos:

- (i) 1. Este carro, não gostei dele.
2. Aquele sujeito, não fale com ele.

Nestas frases temos declarações feitas a respeito de termos que não são os sujeitos de cada uma respectivamente. Além disso, como explicar ao nosso aluno que em frases (vejam-se os exemplos a seguir) interrogativas, imperativas, exclamativas e optativas não fazemos nenhuma declaração sobre o sujeito, o que, então, invalidaria esta definição?

- (j) 1. Pedro saiu? (frase interrogativa)
2. Faça-se a luz. (frase imperativa)
3. Como são belos os olhos daquela mulher! (frase exclamativa)
4. Deus te guie, Pedro. (frase optativa)

E, não obstante não serem frases declarativas, todas têm sujeito: **Pedro**, em (1); **a luz**, em (2); **os olhos daquela mulher**, em (3); e **Deus**, em (4).

**V - Sujeito é o ser que pratica a ação, ou seja, é “o agente da ação verbal” (ALMEIDA, 1989, p. 165).** Se apresentássemos tal conceito ao nosso aluno e pedíssemos que ele identificasse os sujeitos das sentenças abaixo:

- 1) 1. “Os casos geralmente são encerrados com reprimendas simbólicas...”  
(Veja, 24/04/2000)
2. O palanque caiu.
3. “A igreja depende fundamentalmente de doações.”  
(Veja, 24/04/2002)
4. Deus existe.
5. “O problema era visto como uma excentricidade”.  
(Veja, 24/04/20002)
6. Não gosto de você.
7. “O clero americano acostumou-se aos acordos sigilosos...”  
(Veja, 24/04/2002)

Certamente, ele ou diria que nessas construções não há sujeito, ou diria que identificou os sujeitos mesmo sem saber dizer quem ou o que poderia ser considerado o agente da ação verbal, uma vez que não há agente em nenhuma delas. São casos como esses que servem para mostrar que na identificação dos

sujeitos, além de recorreremos às definições explícitas, recorreremos na maioria das vezes à intuição ou a conhecimentos interiorizados não hauridos das gramáticas.

Vemos que, conforme assinala Perini (1989), identificam-se os sujeitos não pelas definições aprendidas, mas baseando-se em alguma outra definição existente, embora nunca exteriorizada. Isso exige que antes de tudo “é preciso aprender entre outras coisas, a identificar o sujeito de uma oração; depois (só depois), é preciso aprender a definição de sujeito” (PERINI, 1989, p.17), o que anula qualquer valor atribuível à definição. Acreditamos que o mais importante seja, de fato, que o aluno, em vez de “decorar” as diversas definições gramaticais para um mesmo fato, as quais em boa parte variam de gramática para gramática, deve aprender a identificar realmente as funções dos termos, com a ajuda, se possível, de definições que o norteiem nesse sentido.

**VI – Sujeito “é o termo da oração que está em relação de concordância com o núcleo do predicado” (PERINI, 2001, p. 76)**, isto é, é o termo que concorda com o verbo.

Vê-se que esta é uma definição formal, sem nenhuma preocupação com o papel semântico ou discursivo. O sujeito é, portanto, apenas um dos constituintes da oração, “vinculado a ela através de uma relação formal bem definida” (PERINI, 2001, p. 76). Dessa forma, só haverá sujeito em construção que possuir um termo explícito que esteja em relação de concordância com o núcleo do predicado verbal. Assim em:

(m) “Quando terminei de ler(...), fiquei com a impressão amarga de que havíamos retrocedido”.  
(Veja, 13/12/2000)

Não temos sujeito porque falta à sentença, justamente, um termo explícito que esteja em relação de concordância com as formas verbais “terminei”, “fiquei” e “havíamos”. Mas como afirma o referido autor, esse tipo de análise encontra algumas resistências, uma vez que estamos acostumados a ver em casos semelhantes a esse um “sujeito oculto”. É exatamente este o posicionamento de Bechara (1999, p. 409), que prefere ver neste caso não um caso de eclipse do sujeito, mas sujeitos gramaticais que, quando necessário, podem ou não ser explicitados por formas léxicas que mantêm com os sujeitos gramaticais a relação de concordância em número e pessoa. Desse modo, é que tanto em “terminei” quanto em “fiquei”, o sujeito gramatical (“1ª. pessoa do singular”) está indicado pelo morfema –i; assim como em “havíamos” é o morfema gramatical –mos que indica a “1ª. pessoa do plural”.

De acordo com Perini (2001), no exemplo acima, não há realmente sujeito, o que há é a tentativa de se tratar da mesma forma o sujeito claro e o oculto. Segundo Ilari e Geraldi (1985 p. 09), uma das definições de sujeito é aquela que o apresenta como uma forma nominal, “que precede o verbo e acarreta



nele fenômenos de concordância”, contudo tanto esta quanto a definição apresentada por Perini encontram obstáculos que nos levam à consideração de que definir o sujeito é no mínimo um problema espinhoso. Senão vejamos: como analisar os casos especiais de concordância – abaixo ilustramos com alguns exemplos os questionamentos levantados aqui – como, por exemplo, o do verbo **ser** que muitas vezes concorda com o predicativo; o das passivas sintéticas (principalmente com o sujeito posposto, quando não se verifica a concordância entre o verbo e o seu respectivo sujeito) ou o caso do gerúndio?

(n) 1. “Uma revista é indispensável quando mostra que nem tudo são flores”.

(Veja, 02/12/92)

2. “Ir à conferência de Sartre significaria superar uma série de obstáculos, começando pelo lar pobre e continuando com a escola, a falta de acesso aos livros e aos bens culturais...”

3. Aluga-se andaimes (Frase encontrada na porta de um automóvel)

Para os exemplos acima, diríamos que inexistente sujeito em (n1), pois não há concordância entre o sujeito explícito “tudo” e o seu respectivo verbo “são”. Em (n2), é, conforme Perini (1999b), o fato idiossincrático de o gerúndio não poder concordar com nenhum sintagma que impede a concordância dos gerúndios (**começando** e **continuando**) com o sintagma que lhes serve de sujeito: **obstáculos**. Já em (n3), como vêm mostrando os estudos linguísticos, nesse exemplo e em outros análogos a ele (ou seja, em construções nas quais há um verbo transitivo mais o pronome se seguido de um substantivo no plural), o que está acontecendo no português do Brasil, tanto na língua escrita quanto na língua falada, principalmente nesta, é uma **reanálise sintática**. O falante brasileiro não mais vê, em enunciados semelhantes ao exemplo (n3), exemplos de **orações passivas**. Isto é, para o falante, as estruturas classificadas como passivas sintéticas são na realidade estruturas ativas de sujeito indeterminado:

A concordância nas estruturas denominadas passivas sintéticas é variável e ocorre por *atração* ou por falsa concordância com o objeto direto, em função, especialmente, do conhecimento da norma codificada, ou seja, da gramática normativa da língua portuguesa (SCHERRE, 1989 [itálicos da autora]).

Já segundo Bagno (2000, p. 220), trata-se de um

aspecto semântico sistematicamente desprezado pelos normativistas que, em todas as orações deste tipo [as chamadas passivas sintéticas] [exige que] os verbos presentes [sejam sempre] verbos que só podem ser praticados por um sujeito com traço semântico [+ humano]. (...) É essa poderosa evidência que leva os falantes a manter esses verbos no singular, fazendo eles concordarem com o sujeito indeterminado, indicado na superfície do enunciado pelo clítico SE.

Em outras palavras, o que o falante brasileiro, a partir de sua gramática intuitiva, interpreta como **objeto direto**, os gramáticos normativistas insistem em continuar classificando como **sujeito**. Tal atitude, na opinião de Bagno (2000), não dá margem para que se reconheça o aspecto semântico e,

consequentemente, se veja nestas orações o se como um recurso de que a língua dispõe para indicar a indeterminação do sujeito.

Bechara (1999, p. 177-178) é o único, dos gramáticos que consultamos, que faz algumas considerações acerca dessa evidência semântica. Para ele, “o se como índice de indeterminação do sujeito – primitivamente exclusivo em combinações com verbos não acompanhados de objeto direto - estendeu seu papel aos transitivos diretos e de ligação”. Tal evidência semântica é muito bem percebida pelos falantes e pode ser comprovada pela existência de inúmeros enunciados, como servem de exemplos os seguintes: *aluga-se salas, vende-se quartos, cobre-se botões, conserta-se móveis, pega-se bagagens etc.*

**VII – Sujeito é termo que responde às perguntas QUEM (para seres animados) e O QUÊ? (para coisa).** Segundo Macambira (2001, p. 171-172), a prova da pergunta tem sido amplamente utilizada na identificação do sujeito e é, dentre os artifícios gramaticais, o único que apresenta um certo valor didático. Contudo devem-se tecer algumas ressalvas.

A primeira concerne à maneira de se fazer a pergunta, pois ela deve ser feita diretamente ao verbo. Casos há em que se usa o **quem** justamente no lugar onde estava o sujeito, invalidando o resultado, pois este, acredita-se, já era conhecido previamente.

A segunda é concernente à própria escolha dos pronomes interrogativos **quem** ou **o quê**, uma vez que, se ao fazer a pergunta ainda não se sabe qual é o sujeito, como escolher um e outro pronome? (SACCCONI, 1990, p. 285). A escolha de um ou outro pronome não indicaria que o sujeito já é conhecido? Diante disso, Sacconi propõe, para a identificação do sujeito, uma outra solução: o uso exclusivo de O QUE, tanto para pessoas quanto para coisas, solução que nos parece inviável, pois, a proceder-se assim, teríamos que usar a interrogativa O QUE? para pessoas. Procedendo-se assim, estaríamos infringindo uma lei natural da linguagem (no caso da língua portuguesa), pois, como se sabe, o emprego de QUEM interrogativo, segundo as GTs, é exclusivo de pessoa, ainda que, na fala, se observem frequentemente desvios dessa norma. Atestam-no exemplos como “Quem é o sujeito da frase?”, “Quem é o predicado?”, praticados usualmente por falantes, inclusive cultos, da língua. Já com relação a QUE (interrogativo), o mesmo não acontece, sendo exclusivo (na escrita formal ou na fala mais coloquial) de coisas, processos, ações, lugares; nunca, portanto, usado para pessoas. Dessa forma, a estratégia abaixo (transcrita de Sacconi), como solução para a identificação do sujeito, é, no mínimo, estranha:

Juçara trabalha com os pais.

Façamos a pergunta: O QUE trabalha com os pais?

A resposta: Juçara.



Pois usa um artifício que acarreta uma inadequação para a língua portuguesa, considerando-se qualquer registro não pragmaticamente desviado.

Macambira (2001) nos diz que na prova da pergunta só se deve empregar **o quê**, se não houver possibilidade de servir-se de **quem**, o que nos leva a pensar que a pergunta deve ser feita utilizando-se sempre o pronome **quem**, a menos que não se possa aplicá-lo. A aparente “solução” fornecida tanto por Sacconi quanto por Macambira apresenta duas incoerências: uma é o fato de se usar apenas um pronome ao se fazer a pergunta (**o que**, na opinião de Sacconi; **quem**, na opinião de Macambira), o que é descabido porque “quem” só é usado para nomes cujo traço semântico seja (+ humano) e “o que” só é usado para nomes que apresentam traço semântico (- humano). A outra incoerência, que já expusemos acima, refere-se à própria escolha do pronome, ou seja: como decidir entre um e outro?

Por último, a prova da pergunta acha-se invalidada quando o sujeito da oração é, por exemplo, um pronome interrogativo, haja vista não se obter uma resposta. Ademais, na opinião de Peytard e Genouvrier (1973, p. 134), a análise dos termos por meios de perguntas parece ser didaticamente ineficaz e até perigosa:

A análise torna-se mecânica e perde sua utilidade (uma melhor compreensão da construção da frase); as perguntas não deixam de ser ambíguas, e levam o aluno a enganos crassos (O gato pegou um rato – O que pegou o gato? – Sujeito = rato; O guarda pegou um ladrão – O que pegou o guarda? – Sujeito = ladrão; José é meu primo – Quem é José? Sujeito = Meu primo).

Os referidos linguistas ainda acrescentam que a noção de sujeito é complexa, como bem demonstram essas explanações que vimos até agora fazendo, porque envolve três aspectos principais:

- Sujeito lógico (ou agente): o autor da acção;
- Sujeito gramatical: o termo com quem concorda gramaticalmente o verbo da frase;
- Sujeito informativo (ou tema): o termo que, numa frase, é apontado como conhecido por parte de quem a ouve, em oposição ao predicado informativo (ou rema), que constitui o elemento novo, e conduz dados de que o ouvinte não dispunha de antemão.

(PEYTARD; GENOUVRIER, 1973, p. 133)

Para eles é justamente a confusão, feita entre esses três aspectos, que ocasiona as dificuldades surgidas quando se procura ensinar a noção de sujeito. Quer-se ensinar o sujeito gramatical, mas as noções utilizadas permitem pôr em evidência o sujeito lógico ou o sujeito informativo. Isso gera uma contradição entre definições explícitas de sujeito e a prática de identificação de sujeitos. Principalmente, quando se procura analisar casos concretos (textos, por exemplo) é que percebemos que as definições temíveis, que exigem do aluno um esforço enorme de abstração, quando não são falsas, são pelo menos susceptíveis de contestação. Para concluirmos este ponto, bastava usar esse procedimento (o método da pergunta ao verbo) numa frase como:

- (e) “Nada é mais importante que a educação para a nossa sociedade (...)”.  
(Veja, 13/ 12/2000)

Para concluir-se que tal método não procede, pois, quando fizéssemos a pergunta “o que é mais importante” ou “o que é mais importante para a nossa sociedade?”, obteríamos a resposta “a educação”, resposta que não coincide com o sujeito de “é”, que é “nada”.

**VIII** – Uma última observação a ser feita sobre a definição tradicional de sujeito diz respeito ao seu caráter subordinante: a maioria das GTs prega explicitamente que, dado o caráter subordinante do sujeito, este não pode ser regido de preposição, nem pode ser complemento. Ora, tal caráter é contraditório, se levarmos em conta que as próprias GTs incluem, sem exceção, entre as orações **subordinadas** substantivas, as **subjativas**, ou seja, as que funcionam como sujeito! Logo, por esse princípio, o sujeito, mesmo sendo **subordinante**, é **subordinado**! E valha-nos Deus.

A título de arremate, as principais críticas que se podem fazer às definições tradicionais de SUJEITO dizem respeito aos seguintes critérios:

### 1. Essencialidade:

Esse critério elege o sujeito e o predicado como termos essenciais da oração, todavia há orações construídas com verbos impessoais que não admitem a existência de sujeito. É o caso de (a) em que o verbo **haver** está empregado no sentido de existir, e de (b), em que temos o verbo **chegar** seguido da preposição **de**:

- (a) “Há outros indícios de apertos financeiros do astro”.  
(Veja, 7/11/2001)
- (b) “Chega de equipamentos para todos os lados...”.  
(Veja, 7/11/2001)

### 2. Agentividade/ Passividade / Reflexividade:

Para a maioria das gramáticas o sujeito é quem pratica a ação, é o ser agente (veja o exemplo (c)). Algumas dizem que ele pode sofrer a ação, portanto, é sujeito passivo, como no exemplo (d), e outras dizem que ele tanto pode praticar como receber a ação, como é o caso do exemplo (e):

- (c) “Na semana passada George W. Bush foi a um jogo de beisebol em Nova York...”.  
(Veja, 7/11/2001)
- (d) “Os terroristas não foram encontrados...”.  
(Veja, 7/11/2001)
- (e) “O clero acostumou-se aos acordos sigilosos...”.  
(Veja, 24/04/2002)

Vê-se que, de acordo com esse critério, o sujeito tem de relacionar-se com **ação**, o que não é verdade, porque excluiria todas as frases não agentivas (sem ação) da língua como (f) abaixo:

- (f) 1. “Laden é então o objetivo”.  
(Veja, 7/11/2001)
2. “Ele ainda responde a processo por ‘assalto indecente’ e agressão a outro garoto, em 1990”.  
(Veja, 24/04/2002)
3. “Shanley, de 71 anos, está aposentado...”  
(Veja, 24/04/2002)
4. “Ford (...) até hoje é medicado com tranqüilizantes...”  
(Veja, 24/04/2002)
5. “Algumas dioceses estão perto da falência por acordo nesta área”.  
(Veja, 24/04/2002)

### 3. POSIÇÃO/ORDEM

De acordo com esse critério em:

- (g) “Mas o que mais importa não são as peripécias do enredo”.  
(Veja, 7/11/2001)

Apontaríamos como sujeito “o que mais importa”, porém se levarmos em consideração a concordância, o sujeito seria “as peripécias do enredo”. Donde se conclui que tal critério não evidencia o sujeito.

### 4. Declaração:

Conforme este critério, o sujeito é o termo sobre o qual se declara algo. Assim temos sujeito em:

- (h) “O programa ganha agora uma visão condenada para o cinema”  
(Veja, 7/11/2001)
- porque se faz uma declaração sobre o termo “programa”, mas não teríamos sujeito em:
- (i) “Esta guerra é para quê?”  
(Veja, 7/11/2001)

Pois, em vez de termos uma frase declarativa, temos uma frase interrogativa. O mesmo podendo-se aplicar a frases imperativas, exclamativas e optativas.

### 5. Concordância

- (a) “O resultado dessas múltiplas influências são contos que pouco têm a ver com o cotidiano do escritor”.  
(Veja, 7/11/2001)

Pelo critério acima somos levados a dizer que o sujeito do verbo ser é o termo “contos”, já pelo critério da ordem, teríamos de optar por “o resultado dessas múltiplas influências”.

## 6. Referencialidade.

(a) “O que torna Legalmente Loira uma prazer é a sua protagonista, a americana Reese Witherspoon.”

(Veja, 7/11/2001)

Por fim, graças a esse critério apontaríamos como sujeito, no exemplo acima, o termo “a sua protagonista”, quando parece que a GT optaria por “o que torna Legalmente Loira um prazer”.

### Sujeito: uma proposta de definição

Antes de apresentarmos uma definição alternativa de sujeito - uma proposta para o que vem a ser o sujeito, afinal este é o objetivo a que nos propusemos neste trabalho –, convém ressaltar que existiram sempre pessoas que, por não se contentarem em observar apenas que numa oração completa temos dois termos que se distinguem (o sujeito e o predicado), buscaram uma resposta que fosse capaz de responder ao que significa ligar um sujeito e um predicado, como afirmam Ilari e Geraldi (1985). Esses linguistas apontam inicialmente para o posicionamento dos estudiosos de Port-Royal. Ressaltam, antes, que, para estes, embora sob ângulos diferentes, a lógica e a gramática cuidam de uma mesma atividade: a arte de pensar. Desse modo, para se entender a ligação sujeito/predicado na gramática e na lógica clássica, é preciso levar em consideração a formulação de juízos: “De fato, expressar um juízo nada mais é que estabelecer uma conexão entre um sujeito e um predicado (ou atributo...), isto é, construir gramaticamente uma oração” (ILARI; GERALDI, 1985, p. 11). Nossas gramáticas tradicionais são tributárias desse pensamento clássico, de origem filosófica. Daí por que usamos conceitos como os de substantivo, verbo, adjetivo, sujeito, predicado.

Ilari e Geraldi (1985) acrescentam que um outro estudioso que também procurou uma resposta para a relação sujeito-predicado foi o lógico e matemático chamado Friedrich L. G. Frege. Na tradição fregeana, visualiza-se a estrutura da oração como “contendo uma expressão de caráter predicativo, mais um número especificado de posições apropriadas para serem preenchidos com nomes de pessoas ou objetos...” (ILARI; GERALDI, 1985, p. 17). Essa postura é totalmente contrária à de Port-Royal, segundo a qual o centro da oração era um verbo de ligação situado estrategicamente entre dois nomes. Já para Frege, o centro da oração é uma expressão incompleta que sugere preenchimento, antecipando desse modo a forma da oração acabada.

Baseando-nos nos estudos de orientação fregeana, na orientação oriunda da teoria de vinculação (de origem gerativo-transformacional) e na proposta de Mira Mateus et alii (1989), propomos para **o sujeito ao nível da oração** a seguinte definição:

SUJEITO: expressão linguística (argumento) que preenche o lugar não preposicional externo à esquerda do predicador ou o único lugar não preposicional do predicador pessoal.

Para compreender esta definição é preciso que expliquemos o significado de alguns de seus termos.

PREDICADOR: é a forma verbal em torno da qual se organiza uma predicação com pelo menos um lugar vazio. Ao lado dessa forma verbal pode haver uma expressão negativa (não, por exemplo) e/ou o pronome “se” não referencial que, quando exigidos pelo predicador, aparecem no modelo mental (cf. abaixo). Dessa forma, tomando como base um predicador como organizar, diremos que é um predicador de dois lugares, aceitando dois argumentos nucleares (um externo, o sujeito, e outro interno, o complemento), pois, fazendo-se o modelo mental, teríamos algo como: (\_\_\_\_) organizar (\_\_\_\_). Modelo que se estrutura como “x organiza y” ou “alguém organiza algo”.

ARGUMENTO: expressão nominal que preenche os lugares vazios do predicador. Os argumentos, quando exigidos obrigatoriamente, são chamados de nucleares e quando são admitidos, embora não sejam exigidos, denominam-se não-nucleares ou opcionais. Deve-se salientar que “o número de argumento que tem de ocorrer obrigatoriamente varia em função do predicador selecionado” (MATEUS ET ALII, 1989, p. 41). Assim chamam-se predicadores de um lugar os que exigem apenas um argumento, predicadores de dois lugares os que exigem dois argumentos e predicadores de três lugares os que exigem três argumentos.

LUGAR: posições vazias existentes com relação ao predicador e preenchíveis por argumentos. Para um predicador verbal como pedir, teríamos três lugares (ou “casas” vazias), que, aqui, representaremos, a título de exemplo, por incógnitas: (x) pedir (y) a (z) ou por indefinidos: alguém, algo, etc.

MODELO MENTAL: recurso utilizado para identificar o sujeito gramatical a partir do predicador. O modelo mental é feito utilizando-se a 3ª. pessoa do singular do predicador, pois usam-se, em sua elaboração, pronomes indefinidos que preenchem os lugares vazios existentes no predicador, por exemplo: “alguém pede algo a alguém”.

Nesta definição, o sujeito é visto como um argumento externo que ocupa sempre o lugar à esquerda do predicador no modelo mental, isto é, para nós o que define o sujeito **não é a sua posição na oração**, mas o lugar que ele ocupa no predicador que é, ao se fazer o modelo mental, não custa lembrar, sempre à esquerda. Ademais, deve-se atentar para o fato de que o sujeito ocupa o único lugar não preposicional, ou o lugar – conforme já dissemos acima – à esquerda do predicador. Vejamos a seguir alguns exemplos a partir dos quais procuramos aplicar a nossa definição:

- (a) 1.“(…) os computadores poderiam vir a ter um extraordinário papel na educação”.  
(Veja, 21/06/2001)

Predicador: poderiam vir a ter  
Modelo: Alguém (ou algo) poderia vir a ter alguém (ou algo).  
Lugar 1 Lugar 2

Argumentos: os computadores/ um extraordinário papel  
Sujeito: os computadores

Didaticamente, uma vez selecionado o predicador, poderíamos solicitar do aluno que dissesse qual o modelo daquele predicador, recebendo como resposta o modelo acima, ou, com incógnitas, “x poderia vir a ter y”; após o que se pediria para identificar, na frase (a 1.), quais os argumentos linguísticos que preenchem os lugares “x” e “y”, e, desses, qual o que fica à esquerda no modelo, tendo com resposta “os computadores”, expressão que é, então, o sujeito da oração. A título de exemplificação, seguem-se abaixo mais exemplos a partir dos quais procuramos corroborar a viabilidade de nossa proposta alternativa de sujeito:

2. “o brasileiro precisa disso na profissão, nos negócios e na vida social”.

(Veja, 7/11/2001, modificado)

Predicador: **precisa**

Modelo: alguém (ou algo) precisa de alguém (ou de algo) em algum lugar  
Lugar 1 Lugar 2 Lugar 3

Argumentos: o brasileiro / disso/ na profissão, nos negócios e na vida social.

Sujeito: o brasileiro

3. “Entram em cenas os problemas institucionais e a rejeição dos bons usos pelas máquinas administrativas.”

(Veja, 21/6/2001)

Predicador: **entram**

Modelo: Alguém (ou algo) entram em algum lugar  
Lugar 1 Lugar 2

Argumentos: os problemas institucionais e a rejeição dos bons usos pelas máquinas administrativas/ em cena.

Sujeito: Os problemas institucionais e a rejeição dos bons usos pelas máquinas administrativas.

4. “A enorme rapidez com que se expandiu a matrícula no Brasil provoca problemas de qualidade mesmo.”

Predicador 1: **provoca**

Modelo: alguém (ou algo) provoca Alguém (ou algo)  
Lugar 1 Lugar 2

Argumentos: A enorme rapidez com que se expandiu a matrícula no Brasil / problemas de qualidade.

Sujeito: A enorme rapidez com que se expandiu a matrícula no Brasil.

Predicador 2: **se expande**

Modelo: Alguém (ou algo) se expandiu em algum lugar  
Lugar 1 Lugar 2

Argumentos: A enorme rapidez / no Brasil.

Sujeito: **a matrícula.**

5. “A gente trocou 24 passageiros por você.”

Predicador: **trocou**

Modelo: alguém (ou algo) trocou alguém (ou algo) (por algo ou alguém)  
Lugar 1 Lugar 2 Lugar 3

Argumentos: A gente / 24 passageiros / você.

Sujeito: **a gente**

6. “A imprensa não entende nada...”

(Veja, 11/7/2002)

Predicador: não entende

Modelo: Alguém (ou algo) não entende alguém (ou algo).



Lugar 1

Lugar 2

Argumentos: a imprensa / nada.  
Sujeito: a imprensa

7. “Admitindo-se que a classificação realmente está perto, resta sua previsão...”.

(Veja, 7/11/2001)

Predicador 1: **admitindo-se**

Modelo: admite-se algo

Lugar 1

Argumento: que a classificação realmente está perto.

Sujeito: que a classificação realmente está perto.

Predicador 2: **resta**

Modelo: resta algo (ou alguém)

Lugar 1

Argumento: sua previsão

Sujeito: sua previsão

8. “Chegou o jato comercial que os passageiros do mundo inteiro estavam esperando.”

(Veja, 7/11/2001)

Predicador: **chegou**

Modelo: Alguém (ou algo) chega

Lugar 1

Argumento: o jato comercial que os passageiros do mundo inteiro estavam esperando.

Sujeito: o jato comercial que os passageiros do mundo inteiro estavam esperando.

9. “Mas sabe-se que ela precisa ser liquidada neste começo de década”.

Predicador: **se sabe**

Modelo: sabe-se algo

Lugar 1

Argumento: que ela precisa ser liquidada neste começo de década.

Sujeito: que ela precisa ser liquidada neste começo de década.

10. “Para quem quiser se arriscar, aí vão alguns endereços...”.

(Veja, 7/11/2001)

Predicador: **quiser se arriscar**

Modelo: Alguém (ou algo) quer se arriscar

Lugar 1

Argumento: quem

Sujeito: quem

11. Nós estamos aguardando para ver até onde vai a sua imaginação!

(Na poltrona, setembro de 2002, modificado)

Predicador: **estamos aguardando**

Modelo: Alguém (ou algo) está aguardando Algo (ou alguém) para Alguém (ou algo)

Lugar 1

Lugar 2

Lugar 3

Argumentos: nós/ Ø/ para ver até onde vai a sua imaginação/.

Sujeito: nós

12. Evite (você) os transtornos do trânsito.  
(Na poltrona, setembro de 2002)

Predicador: **evite**  
Modelo: Alguém (ou algo) evita Alguém (ou algo)  
Lugar 1 Lugar 2  
Argumentos: você/ os transtornos do trânsito  
Sujeito: você

13. Existe vírgula antes de “etc”?  
(Na poltrona, setembro de 2002)

Predicador: **existe**  
Modelo: Alguém (ou algo) existe  
Lugar 1

Argumento: vírgula antes de “etc”.  
Sujeito: vírgula antes de “etc”.

14. Pedro, bons ventos o levem.  
Predicador: **levem**  
Modelo: Algo (ou alguém) leva Alguém (ou algo)  
Lugar 1 lugar 2  
Argumentos: bons ventos/o

Os exemplos acima, todos oriundos de textos jornalísticos escritos (exceto o de número 14), e cuja escolha foi ditada pelos diferentes tipos de predicadores (de um, dois e três lugares; afirmativos e negativos; com e sem se) e por diferentes tipos de sentença (declarativa, interrogativa, exclamativa, optativa, imperativa), parecem-nos suficientes para comprovar o método que defendemos para a identificação do sujeito, a partir de uma definição formal objetiva, ou seja:

- 1- Identifica-se o predicador na sentença (se este vier acompanhado com partícula negativa e/ou com **se** não referencial, tais expressões são levadas em conta na identificação).
- 2- Põe-se o predicador na 3ª. pessoa do singular.
- 3- Aplica-se o modelo mental que o usuário tem do predicador, usando-se indefinidos (alguém ou algo) ou incógnitas do tipo X, Y.
- 4- Identifica-se, então, na frase ou sentença, cada uma das expressões linguísticas (argumentos) que ocupa cada um dos lugares do predicador.
- 5- A expressão linguística (o argumento) que ocupar o lugar à esquerda do predicador é o sujeito. No caso de o predicador ser de lugar não-preposicional único, a expressão linguística que o ocupar será o sujeito.

### SUJEITO NULO: um problema?

Alguém poderia objetar com exemplos em que os lugares do predicador não têm preenchimento linguístico, ou seja, se caracterizam como vazios ( $\emptyset$ ) morfologicamente. Para isso, convém ressaltarmos que “o Português é **uma língua de sujeito nulo**, ou seja, é uma língua que admite sujeito sem realização lexical em frases finitas (MATEUS *et alii.*, 1989, p. 157)”. Essa propriedade sintática ocorre porque o

Português possui uma flexão verbal muito rica que permite a ocorrência de sujeitos nulos, isto é, sujeitos que são foneticamente nulos, ou melhor, que não possuem realização lexical (MATEUS *et alii.*, 1989, p. 211). Abaixo listamos as instâncias de sujeito nulo existentes no Português e possuidoras de características distintas:

**1. Sujeito nulo de verbo impessoal:** conhecido tradicionalmente como sujeito inexistente, este tipo de sujeito caracteriza-se por possuir no predicador um verbo impessoal. Como se sabe, tais verbos não selecionam argumento externo e, mesmo quando há argumento interno (como é o caso do verbo **haver**), este nunca aparece na frase com a relação gramatical de sujeito (MATEUS ET ALII, 1989, p. 174). Como são pródigos os exemplos de verbos impessoais em nossas gramáticas tradicionais, arrolamos apenas alguns tipos de impessoais:

1.1 Os verbos e perífrases verbais meteorológicos como amanhecer, anoitecer, chover, nevar, trovejar, estar calor (frio, sol, chuva) como em:

- (a) Anoitecia naquela triste casa e todos iam dormir.
- (b) Choveu bastante em Campina Grande.

1.2 O verbo existencial **haver**, cujo único argumento nuclear é um objeto direto.

- (a) “Há duas coisas que não se fazem sem café: filme e guerra.”  
(Veja, 7/11/2001)

1.3 Os verbos **fazer** e **ser** em expressões que indicam tempo decorrido:

- (a) É tarde para se arrepender.
- (b) “Faz algum tempo, participei de uma mesa-redonda”.  
(Veja, 7/11/2001)

2. Sujeito indeterminado: como é conhecido em nossas gramáticas tradicionais, este tipo de sujeito nulo caracteriza-se pela presença de **verbo + o clítico se**, pela presença de verbo na 3ª. pessoa do plural ou pela presença de infinitivo não flexionado. Seguem-se abaixo alguns exemplos, através dos quais procuramos melhor explicar as instâncias de sujeito nulo (classificado pelas GTs como indeterminado) referidas acima neste tópico:

- 2.1 “Nas músicas, não se fala mais em menina (...)”.  
(Na poltrona, setembro de 2002)

Predicador: não se fala  
Modelo: Não se fala em algo (ou alguém)  
Lugar 1  
Argumento: em menina  
Sujeito: nulo

Pelo modelo mental, percebe-se que há a ausência de uma expressão linguística que preencha, na estrutura da frase, o lugar do sujeito, ou melhor, não há, na estrutura, qualquer lugar não preposicional para ser preenchido por algum argumento linguístico. Neste exemplo, segundo Mateus *et alii.* (1989, p. 212), tem-se o uso de um pronome clítico que absorve o caso nominativo e impede que a categoria vazia na posição de sujeito seja atribuída a função semântica que o verbo reserva para o seu argumento externo. Por outras palavras, o clítico presente, invariavelmente com a forma *se* (o *se* impessoal ou *se* nominativo), caracteriza-se por duas propriedades: absorve caso nominativo e suspende a atribuição de função semântica ao constituinte na posição de sujeito.

2.2 Algumas GTs, a respeito do sujeito indeterminado de verbo na 3ª. pessoa do plural, dizem que, neste caso, há sujeito porque seu verbo é pessoal. No entanto, o sujeito não se encontra identificado por não quisermos ou não sabermos identificá-lo, mesmo havendo, segundo Leão (1958), um elemento morfológico que aponte, para os verbos em exemplos semelhantes ao que se segue abaixo, um possível sujeito representado pelo pronome *eles* ou *elas*; contudo, como não se sabe a quem (ou a que) se referem esses pronomes, é preciso usar a coerência e a lógica, e considerar como indeterminado o sujeito.

(a) “A situação chega ao absurdo de **discutirem** (1) a derrota para a França numa Comissão Parlamentar de Inquérito”.

(Veja, 7/11/2001)

Predicador: *discutirem*

Modelo: Alguém (ou algo) discute Algo

Lugar 1 Lugar 2

Argumento: Ø/ a derrota para a França

Sujeito: nulo

2.3 Por fim, na última das três maneiras, das quais se utiliza a língua portuguesa para a construção de sentenças com sujeito indeterminado, têm-se orações cujo verbo encontra-se no infinitivo não flexionado e nas quais não há referência a nenhum termo que, anterior ou posteriormente, lhes sirva de sujeito; sendo, portanto, nulo o sujeito, ou indeterminado como classificam as nossas GTs.

(a) “Ter (1) um Cartão de Crédito Bradesco é mais que ter crédito.”

(Veja, 7/11/ 2001)

Predicador: **Ter** (1)

Modelo: Alguém tem algo (ou alguma coisa)

Lugar 1 Lugar 2

Argumento: Ø / um Cartão de Crédito Bradesco

Sujeito: nulo

3. Uma outra instância de sujeito nulo (conhecida como sujeito oculto na terminologia das GTs) é aquela que, não estando expressa formalmente na frase, pode ser facilmente identificada, uma vez que se

identifica o sujeito a partir da desinência verbal, que permite assinalar, no próprio verbo, a pessoa gramatical do sujeito. Assim, são justamente as desinências que nos mostram que as pessoas gramaticais, isto é, os sujeitos, dos verbos destacados abaixo, são representados pelos pronomes “nós”, “eu” e “nós” respectivamente, mesmo não estando tais pronomes lexicalmente presentes na superfície da frase, uma vez que, conforme Bechara (1999), tais formas léxicas só aparecem quando forem necessárias para uma melhor compreensão do texto já que “eles sempre estão presentes na forma verbal flexionada no morfema que representa o sujeito gramatical (1<sup>a</sup>., 2<sup>a</sup>. e 3<sup>a</sup>. pessoas do singular e do plural)”.

(a) “**Vamos** nos **classificar**. Mais do que isso: **garanto** que **iremos disputar** o título do próximo campeonato”.

(Veja, 7/11/2001)

Predicador 1: **vamos classificar**

Modelo: Alguém vai classificar Alguém (ou algo)

Lugar 1

Lugar 2

Argumento: Ø

Sujeito: nulo

Predicador 2: **garanto**

Modelo: Alguém garante Algo a Alguém

Lugar 1

Lugar 2

Lugar 3

Argumento: Ø

Sujeito: nulo

Predicador 3: **iremos disputar**

Modelo: Alguém irá disputar Algo

Lugar 1

Lugar 2

Argumento: Ø

Sujeito: nulo

4. Apresentado pelas GTs também sob o rótulo de sujeito oculto, este sujeito constitui uma variação do anterior, mas ao contrário daquele, que possui morfemas gramaticais indicadores das pessoas gramaticais, não apresenta as desinências verbais, sendo, portanto, facilmente identificável, consoante o pensamento de nossos gramáticos, pelo contexto, caracterizando-se, dessa forma, por manifestar-se através de zeros (Ø), referindo-se, anaforicamente, a elementos que lhe vieram antes ou, cataforicamente, a elementos que se lhe seguem, como no exemplo anafórico abaixo:

(a) “Fernanda tem quatro livros publicados (...). Diz que escreve sobre a classe média”.

(Veja, 7/11/2001)

Predicador: **diz**

Modelo: Alguém diz Algo

Lugar 1

Lugar 2

Argumentos: Ø / que escreve sobre a classe média

Sujeito: nulo (= Fernanda)

5. Dissemos acima que o sujeito nulo é uma categoria vazia, achando-se ausente na estrutura formal da frase, e que, mesmo assim, pode ser identificado pelo contexto ou pelas desinências verbais.

Contudo há um caso em que, sendo o sujeito nulo, sua identificação não pode ser feita utilizando-se nem o artifício das desinências verbais nem tampouco o do contexto, tal como formulamos (como processo de substituição), uma vez que tal espécie de sujeito nulo, não se referindo a um sintagma, seja nominal, seja oracional, propriamente dito, faz referência, por anáfora ou por catáfora, a um enunciado, ou conjunto de enunciados, cuja presença, sem operação de transformação, seria inviável no lugar vazio do predicado. Esta instância de sujeito nulo é representada mentalmente por um pronome demonstrativo como “isto”. Veja-se o exemplo a seguir:

- (a) “A grade de programação, ainda em fase final de acertos, será composta de seriados e jogos de auditórios comprados a Taiwam e Hong Kong. Foi o máximo que a censura chinesa deixou passar”.

(Veja, 7/11/2001)

Predicador: **foi o máximo que a censura chinesa deixou passar**

Modelo: Algo (ou alguém) foi o máximo

Lugar 1

Argumento:  $\emptyset$

Sujeito: nulo

Quando o sujeito é nulo identificável por anáfora como explicitado em 4(a), percebe-se que o lugar vazio do predicador pode ser preenchido pelo interpretante antecedente, obtendo-se, assim, um processo de repetição, como em:

- “(b) Fernanda tem quatro livros publicados (...). Diz que escreve sobre a classe média”.

O período acima é lido como: “Fernanda tem quatro livros publicados (...). **Fernanda** diz que escreve sobre a classe média”, compreendendo-se o segundo registro de **Fernanda** como co-referente do primeiro, daí por que podemos anulá-lo.

Já em 5(a) o mesmo não acontece. Não podemos simplesmente copiar o interpretante antecedente no lugar vazio do predicador. Tal artifício de repetição anafórica não se opera. O que parece ocorrer é que o locutor/escritor deixa implícito (e o alocutário/leitor precisa recuperar), no vazio, uma anáfora zero que só substitui o interpretante contextual mediada por uma operação de transformação que, para medida de simplificação, estamos usando um ISTO implícito, como representamos a seguir:

- (a) “A grade de programação, ainda em fase final de acertos, será composta de seriados e jogos de auditório comprados a Taiwam e Hong Kong. Foi o máximo que a censura chinesa deixou passar”.

Operação mental (1º. momento): “A grade de programação, ainda em fase final de acertos, será composta de seriados e jogos de auditório comprados a Taiwam e Hong Kong. ( $\emptyset$ ) Foi o máximo que a censura chinesa deixou passar”.



2°. momento: A grade de programação, ainda em fase final de acertos, será composta de seriados e jogos de auditório comprados a Taiwan e Hong Kong. (Isto) Foi o máximo que a censura chinesa deixou passar”.

Nesse caso, o **isto** que estamos usando é uma fórmula implícita de recuperar o contexto antecedente, ou seja, **o fato de a grade de programação, ainda em fase final de acertos, ser composta de seriados e jogos de auditório comprados a Taiwan e Hong Kong.**

### Considerações Finais

Ao revisitarmos os conceitos de sujeito oracional a partir da perspectiva da gramática tradicional, procuramos fazer uma leitura de como eles nos são apresentados. Com isso, intencionamos detectar-lhes as incoerências teóricas existentes ao passo que também era nossa intenção, talvez objetivo maior, apresentar uma proposta que fosse um tanto quanto mais consistente.

Iniciamos nosso trabalho, portanto, tomando como ponto de partida os conceitos de sujeito. Lidos tais conceitos, relemos-os com o cuidado de indicar-lhes, conforme já dissemos, as falhas existentes, das quais a maior é a que apresenta o sujeito como se ele fosse um termo exclusivo de frases declarativas.

A partir disso, apontamos uma proposta de definição para o sujeito, tomando-o ao nível da oração, que, ao nosso ver, se revela ser mais eficiente e, sobretudo, mais didática do que as definições apresentadas pelas GTs que, como dissemos no início deste trabalho, são rasas, pouco operatórias e excessivamente flácidas.

Tal proposta, na esteira de Frege e do pós-gerativismo, vê o sujeito como uma entidade gramatical, não semântica ou pragmática, representável por argumento linguístico que preenche o lugar de predicador pessoal e cujas marcas semânticas são constituintes do léxico e não da função que representa.

Dessa forma, o sujeito não é um privilégio de frases declarativas, não é necessariamente representado por um ser, nem tampouco é termo essencial da oração. A partir dessa constatação, urge estabelecer uma distinção entre sujeito da oração e do discurso, noções não absolutamente afins.

### Referências

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática Metódica da Língua Portuguesa**. 36 ed., São Paulo: Saraiva, 1989.

ALI, M. Said. **Gramática Secundária da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

BAGNO, Marcos. **Gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Loyola, 2000.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 38ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

CEREJA, Willian Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português: Linguagens**. V.2 São Paulo: Atual, 1999.

CUNHA, Celso Ferreira da. **Gramática da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Fundação de Assistência ao Estudante, 1986.

ILARI, Rodolfo e GERALDI, João Wanderley. **Semântica**. São Paulo: Ática, 1985.

LEÃO, Anézio. **Aulas de Português**. Campina Grande: PB, edição do autor, 1958.

LUFT, Celso Pedro. **Moderna Gramática Brasileira**. Porto Alegre: Globo, 1976.

MACAMBIRA, José Rebouças. **A Estrutura Morfo-Sintática do Português**. São Paulo: Pioneira, 2001.

MATEUS, Maria H. M. et alii. **Gramática da Língua Portuguesa**. Coimbra: Almedina, 1989.

PERINI, Mário A. **Para Uma Nova Gramática do Português**. 4. ed., São Paulo: Ática, 1989 a.

\_\_\_\_\_. **Sintaxe Portuguesa: metodologia e funções**. São Paulo: Ática, 1989 b.

\_\_\_\_\_. **Gramática Descritiva do Português**. São Paulo: Ática, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Gramática Gerativa: introdução ao estudo da sintaxe portuguesa**. Belo Horizonte: Vigília, 1976.

PEYTARD, Jean e GENOUVRIER, Emile. **Linguística e Ensino do Português**. Coimbra: Almedina, 1973.

PONTES, Eunice. **O tópico no português do Brasil**. São Paulo: Pontes, 1937.

SACCONI, Luiz Antonio. **Nossa Gramática (teoria)**. São Paulo: Atual, 1990.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. **“Preconceito Linguístico: Doa-se Lindos Filhotes de Poodle”**. In: HORA, D. ; CHRISTIANO, E. (Orgs.), *Estudos Linguísticos: realidade brasileira*. João Pessoa: Ideia, 1999.